

Congresso reabre hoje mas não vai funcionar

O Congresso Nacional ordinário inicia hoje às 10 horas suas atividades da 48ª Legislatura, sob a presidência do senador Humberto Lucena, com a leitura da mensagem do Presidente da República, a ser entregue em plenário pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência, Marco Maciel.

A sessão solene, que a Constituição manda realizar no dia 1º de março, deverá comparecer poucos deputados e senadores, já que a maioria viajou para seus Estados de origem para passar o carnaval. O Partido dos Trabalhadores também não comparecerá, em protesto contra o funcionamento do Congresso ordinário durante o funcionamento da Assembleia.

Os ministros de Estado, o governador do DF e o Corpo Diplomático estão convidados para a instalação formal do Congresso ordinário. Mas a solenidade deverá durar menos de 30 minutos. Além da leitura da mensagem presidencial, a ocasião será marcada por breve discurso do presidente do Senado — e do Congresso — Humberto Lucena. Durante a semana, não haverá sessões do Congresso e nem da Constituinte.

O Senado deverá votar no próximo dia 9, em regime de urgência urgentíssima, um projeto de resolução alterando o Regimento Interno para compatibilizar o seu funcionamento ao da Constituinte. Pelo projeto,



Humberto Lucena abrirá os trabalhos hoje

será suspensa a tramitação de todas as proposições de iniciativa dos senadores, e as comissões não se reunirão até a promulgação da nova Constituição, dando pareceres orais, quando necessário. O Senado deverá realizar duas sessões por semana, e apreciará

Chiarelli, do PDS, Jarbas Passarinho, do PDT, Maurício Corrêa, e o vice-líder do PMDB, Fábio Lucena.

Humberto Lucena disse que o intuito é dar prioridade à Constituinte. O Senado realizará sessões para votar indicações de embaixadores e do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e pedidos de empréstimos formulados por estados e municípios, além de projetos do Executivo. Em encontro de Lucena com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, pela manhã, ficou acertado que as duas Casas farão um levantamento das matérias encaminhadas pelo Executivo, e haverá uma seleção das que são realmente importantes, a partir de um entendimento com o presidente José Sarney.

A pedido de Ulysses, Lucena lhe dará uma cópia do projeto de alteração do Regimento do Senado, para orientar as mudanças a serem promovidas no Regimento da Câmara. O Regimento do Congresso Nacional terá que ser igualmente adaptado. Indagado sobre se o Senado "hibernará" durante o processo constituinte, Lucena disse que não.

Enquanto a atual Constituição estiver em vigor, é claro que o Senado, a Câmara e o Congresso estarão funcionando normalmente.

Governadores do Sul vão se encontrar

Porto Alegre — Os governadores eleitos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deverão se reunir em Florianópolis, no próximo dia 10, antes da posse para a formação da "Frente Sulista". Proposta pelo catarinense Pedro Ivo na visita que fez ao gaúcho Pedro Simon, na noite de anteontem, essa frente pretende reunir forças em torno de reivindicações comuns junto ao Governo Federal.

Apenas o governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, ainda não confirmou a data do dia 10 para o encontro. Mas, já garantiu a sua integração à frente. Ontem Pedro Ivo explicou que os três Estados enfrentam graves problemas em diversos setores que dificilmente serão atendidos se não houver "raciocínio solidário para ações integradas dos três governos".

Pedro Ivo salientou que o problema energético é um dos pontos mais graves para as economias dos Estados do Sul, desde que perderam para a Eletrosul todas as suas fontes geradoras.

Afif teme a crise se continuar alienação

O deputado Afif Domingos (PL-SP) previu ontem que a crise econômica, "talvez a mais grave da história do País", chegará rapidamente ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que não poderá ficar mais tempo limitada a discussões regimentais.

Afif Domingos teme que essa crise se sobreponha e tenha consequências muito graves, se permanecer a alienação desse primeiro mês de funcionamento da Constituinte. "O Brasil legal", observou, "está cada vez mais distante do Brasil real".

Na sua opinião, a Nação já começa a dar sinais de impaciência com os resultados da Constituinte. Em contatos com entidades de classe de todo o País, Afif tem verificado essa irritação, a ponto de haver um ressentimento geral de repulsa a que o fato político se sobreponha ao econômico, como tem ocorrido até o momento.

Mesmo reconhecendo o esforço dos constituintes, ele acredita que realmente existe uma alienação em

Sarney vai à Bahia com PMDB dividido

Salvador — A visita do presidente Sarney a Salvador dia 7 de março está dividindo o PMDB baiano. O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, disse ontem que vai estar no aeroporto para receber o Presidente, entretanto, os deputados peemedebistas não estão propensos a acompanhar Sarney em sua visita a capital baiana. O presidente regional do partido, deputado Genezbaldo Correia, informou que o partido vai discutir essa questão depois do carnaval e tomar uma posição.

Na opinião de Genezbaldo Correia, se o Presidente vem para uma festa política "estará participando dos funerais do governo de João Durval e essa atitude não seria facilmente assimilada pelo povo que determinou nas urnas o fim desse governo. Entretanto, continua o deputado, se o Presidente vem apenas para a festa de inauguração da casa de cultura Jorge Amado, não tem porque transformar isso numa festa política".

O itinerário da Constituinte

EGIDIO FERREIRA LIMA*

Esse primeiro mês de funcionamento da Constituinte tem se caracterizado por uma generalizada desinformação sobre os trabalhos da Assembleia.

Em regra, os meios de comunicação vêm relevando uma certa inaptidão para transmitir ao público o que vem ocorrendo. Porque toda a matéria em debate e votação é especializada e específica, a imprensa mostra-se impermeável a seu entendimento e divulgação. Esperamos que esses embaraços sejam passageiros e que, logo, as coisas fiquem mais claras.



Em que pese a grave e preocupante crise econômica, à qual, setores do Governo e da própria sociedade, por estranhos e infundados receios, veio juntar atropelos institucionais, a verdade é que a Constituinte, nesses instantes iniciais, está atendendo ao seu papel.

E preciso que todos se apercebam da importância do Regimento Interno, das normas reguladoras dos trabalhos da Constituinte. Elas são o caminho, o instrumento, o procedimento para que se possa elaborar a nova Constituição. E o adjetivo que dará luz ao substitutivo.

Como partir para o trabalho de feitura de uma nova Constituição, sem que se fixe normas sobre as comissões e seu trabalho, sobre os debates e as votações, além de uma infinidade de mecanismos outros?

Os que lidam com o direito, com o universo dos tribunais e da Justiça entendem bem a questão. O Código Penal seria uma abstração estéril, não fosse o Código de Processo Penal, definindo os procedimentos que levam à efetiva aplicação das normas penais. O mesmo ocorreria com as normas do Direito Civil e do Direito Comercial se inexistissem as regras processuais, constantes do Código de Processo Civil, para torná-las aplicáveis e concretas.

Não é exato, igualmente, a versão de que os trabalhos da Constituinte se tornaram confusos, pobres e que vêm se desenrolando com muita lentidão. O perfeccionismo e a rigidez na ordem não se compadecem com um colégio político. O torvelinho que o envolve é próprio de sua natureza e universalidade. Fosse o contrário a Assembleia tornar-se-ia um aglomerado de acadêmicos, ou assumiria os contornos de uma confraria.

O próprio incidente que levou a reabertura do prazo para emendar o Projeto de Regimento, bem examinado, se revela salutar. Diante da infinidade de emendas, que evidenciou o propósito de participação, o senador Fernando Henrique, em boa hora, optou pelo oferecimento de um substitutivo e, face à inovação, era imperativo o ensejo para novas retificações.

E, nesse Regimento, que se esboça, prenunciaram-se alguns pontos muito importantes. Dentre eles, a afirmação dos poderes da Constituinte, que, assim, em fase de transição e de instabilidade do processo político, se apreste para solução de possíveis impasses futuros. Também, a engenhosa concepção das comissões, permitindo a efetiva participação de todos os constituintes no efetivo trabalho de elaboração da Carta, o que a tornará mais representativa e legítima.

Tranqüilize-se, pois, a sociedade. Os trabalhos transcorrem bem. Decorrido o prazo para emendas e já iniciadas as discussões e votação, mais alguns dias o Regimento estará promulgado. Será menos ou igual tempo do que o consumido pelos constituintes de 1946, pois ali, instalada a Assembleia em 1º de fevereiro a 12 de março foi promulgado o Regimento.

Agora, já entraremos em março voltados para o trabalho de elaboração da nova Carta.

* Deputado pelo PMDB de Pernambuco

de A a Z

Amaury Müller

Gaúcho, dos mais ligados aos problemas da área rural, prega o socialismo embora não estatizante e a democracia plena.

Amaury Müller (PDT-RS) tem uma ideia fixa: assegurar aos trabalhadores rurais uma aposentadoria mais digna e à qual chegarão mais cedo; há 13 anos ele apresenta e re-apresenta um projeto alterando Lei Complementar número 11, que em 1972 estendeu precariamente o direito de aposentadoria aos agricultores. Müller, do PDT, quer reduzir a idade para a aposentadoria dos homens, de 65 para 55 anos, dar o mesmo direito à mulher camponesa, aos 50 anos, e fixar o valor do recebimento mensal em dois salários mínimos, ao invés do meio salário atual. Ele alega que o homem do campo começa a trabalhar cedo e calcula que estas idades estabeleçam a igualdade em relação ao meio urbano. Quanto ao valor, pauta-se pelo que é possível com os recursos disponíveis no Furfural.

Com bases políticas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, mas fazendo política em toda extensão da fronteira Oeste, Müller calcula que metade do seu eleitorado esteja no campo e metade nas

Geraldo Campos

Sergipano radicado em Brasília desde a fundação, foi líder de trabalhadores, sofreu vários IPMs. Luta pela transição.

Geraldo Campos nem recorda precisamente o número: "foram uns seis ou oito IPMs" — sigla pela qual se designavam os Inquéritos a que os militares, depois de assumir o poder, submetiam os alvos de sua perseguição. Mas nem os IPMs, nem três passagens pelas prisões e uma pelas salas da tortura foram capazes de dinamitar as bases políticas que este sergipano de 61 anos começou a construir em Brasília enquanto a cidade era erguida. Vinte anos depois da primeira estada nos cárceres da ditadura, esse advogado conquistou seu assento na Constituinte, define-se como "um soldado da transição" e batalha para que as gerações novas não convivam com a ameaça de um replay das perseguições que ele e outros brasileiros sofreram.

"Posso colocar em jogo a minha segurança, mas não a do povo", considera, assinalando que a massa é sempre quem mais sofre com a instalação das ditaduras. Existem, lembra, formas de tortura muito distantes

os Constituintes

Cesar Maia

Ex-militante do PCB, preso pela ditadura e com passagem no exílio, teve ótima votação e atuará de olho na economia.

Cesar Maia é um economista que teve uma vida acidentada, mas sempre ligada à política, até emergir no Congresso Nacional, conduzido por uma enxurrada de votos: 93 mil, a maior votação para deputado federal obtida no PDT em todo o País. Sem dúvida, um feito marcante para quem disputou pela primeira vez um mandato. Alinhado com as posições de esquerda na Constituinte, Maia terá os olhos voltados — como já os tem — para sua especialidade. Por ser "um tolerante", transita com desenvoltura entre os parlamentares ligados a esta área, independente de partido, e garante não ouvir elogio algum à condução da economia nacional pelo Governo Sarney.

Maia, que chega ao Parlamento aos 41 anos de idade, começou a atuar politicamente no movimento estudantil do Rio de Janeiro, nos anos negros de 1967 e 1968. Era, então, ligado ao PCB — e sua ação custou-lhe um ano de cadeia, de onde saiu em meados de

1969. Para o exílio. Quatro anos depois, retornou, "via Portugal" e caiu mais uma vez nas malhas da ditadura: quatro meses de prisão. Não desistiu. Saindo da cadeia, tratou de reorganizar o movimento de economistas e docentes em sua terra natal e chegou ao posto de diretor do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro. Havendo antes trocado o Partido pelo antigo PTB, alinhou-se com Leonel Brizola, de quem foi secretário estadual da Fazenda e, depois, presidente do Bamerj.

Com a atenção voltada aos temas econômicos, define o momento atual como um hiato em que não se tem indicadores claros dos desdobramentos da crise. O que permitirá uma análise, a seu ver, serão os indicadores de abril, divulgados no início de maio. Presentemente, o deputado Cesar Maia não considera possível avaliar o que nos espera: a crise tanto pode se estabilizar, como se aprofundar ou entrar em um processo de reversão.